

## **PARECER COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL.**

### **PROPOSTA DE EMENDA Nº 14 À LEI ORGÂNICA DE 25/07/2023**

**OBJETO:** ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CARMÓPOLIS DE MINAS.``

**AUTORIA:** VER(A) WHATIFFA, GERALDO LUCAS, JOSÉ LAÉRCIO, JOÃO, FERNANDO, JAQUELINE E CLAUDINEI.

**RELATORA CLJR:** VER(A). WHATIFFA FRANCIELLY DOS SANTOS NOGUEIRA

### **I - PARECER**

A presente proposta pretende alterar dispositivos da Lei Orgânica Municipal para permitir a colocação de faixas, cartazes e outros anúncios em praças e jardins, desde que mediante contraprestação disciplinada em lei.

Destaca que os anúncios deverão ser padronizados e que não poderão prejudicar o trânsito.

### **II – COMPETÊNCIA, TRAMITAÇÃO E QUORUM**

#### **1- Fundamentação:**

Inicialmente, verificamos que o projeto analisado é de competência da Câmara Municipal em face do que dispõe o art. 2º c/c 18 da Constituição Federal, art. 175 da Constituição do Estado de Minas Gerais e art. 44, I da Lei Orgânica Municipal.

Não vislumbrei dispositivos contrários à Constituição Federal ou Estadual, legislação vigente ou incompatibilidade com a própria Lei Orgânica, isto posto, OPINO que a proposta preenche os requisitos legais.

#### **a) Proponentes:**

A Lei Orgânica pode ser emendada por proposta de, no mínimo um terço dos membros da Câmara, o que se verifica, já que 7 vereadores assinaram a proposta.

#### **b) Redação:**

Propomos que na elaboração da redação final da Proposta de emenda seja feita alteração na redação do texto do § 2º, passando para o singular, uma vez que se trata apenas de um parágrafo anterior, passando a vigorar com a seguinte redação: § 2º- Os anúncios de que tratam

o parágrafo anterior deverão ser padronizados com relação a tamanho e forma e não poderão prejudicar o trânsito.

**c) Tramitação e Votação:**

A discussão e votação do presente projeto, deverá ocorrer em 2 turnos com interstício mínimo de 10 dias.

**d) Quórum:**

O quórum exigido para a aprovação desta matéria é de, no mínimo, dois terços dos membros da Câmara Municipal, ou seja, votos de 8 vereadores.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DEVE VOTAR, conforme art. 46 do Regimento Interno.

**e) Promulgação**

A Emenda à Lei Orgânica Municipal deve ser promulgada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal. Saliento que não se sujeita à sanção do Prefeito Municipal.

**III – CONCLUSÃO**

Pelo exposto, opino pela legalidade, constitucionalidade e juridicidade da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 14/2023, que “Altera dispositivos da Lei Orgânica do Município de Carmópolis de Minas”, podendo a mesma tramitar em seu formato original.

Carmópolis de Minas, 08 de maio de 2024.

***Ver. José Laércio da Silveira***  
***Presidente***

***Ver(a). Whatiffa Francielly dos Santos Nogueira***  
***Relatora***

***Ver. Geraldo Lucas de Lima e Silva***  
***Segundo Secretário***